



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

13  
2  
081

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 202746-3/01**  
**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO  
**AGRAVADO:** MARIA DE FÁTIMA DA CRUZ  
**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. DECISUM FUNDAMENTADO NO ART. 557. HIPÓTESE DE RECURSO DE AGRAVO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. SÚMULA 42 DESTES TRIBUNAL. TRATAMENTO MÉDICO. DIREITO À SAÚDE E À VIDA. SÚMULA 18 DO TJPE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES NOS TRIBUNALS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

- 1- O recurso cabível para o presente caso é o recurso de agravo previsto no § 1º do art. 557 da Lei Processual Civil vigente e não o agravo regimental, vez que a decisão fustigada foi baseada no art. 557 do CPC e não em dispositivo do Regimento Interno desta Corte. É possível aplicar o princípio da fungibilidade recursal, recebendo o regimental como se recurso de agravo fosse (Súmula 42 do TJPE).
- 2- A mera repetição dos enredos outrora analisados, sem fato novo relevante associado a simples rediscussão da matéria, foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já analisadas em peças anteriores, manifesta-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.
- 3- Direito à saúde e à vida. Entendimento pacificado na jurisprudência pátria e na Súmula 18 deste Tribunal de Justiça.
- 4- Recurso improvido à unanimidade.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental nº 0202746-3/01, em que é Agravante o ESTADO DE PERNAMBUCO e é Agravada a Sra. MARIA DE FÁTIMA DA CRUZ; Acordam os Exmos. Srs. Desembargadores que compõem a Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas anexas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
Relator/Presidente



14  
2  
082

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 202746-3/01**  
**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO  
**AGRAVADO:** MARIA DE FÁTIMA DA CRUZ  
**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**RELATÓRIO**

O Estado de Pernambuco ingressou com o presente agravo regimental em face de decisão terminativa proferida no agravo de instrumento nº 0202746-3, que negou seguimento ao mencionado agravo, com fundamento : *caput* do art. 557 do CPC vigente.

O agravante aduz, em suma, que não dispõe de recursos suficientes para viabilizar maiores investimentos na saúde pública, cuja efetivação está ligada à previsão orçamentária.

Neste cenário, o recorrente pediu o conhecimento e o provimento do presente recurso, para reformar a decisão que fulminou o agravo de instrumento, com o seu consequente exame de mérito e reforma da ordem liminar vergastada.

É o relatório.

Recife, 26/01/2012

  
**JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
Des. Relator





45  
L 083

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 202746-3/01.**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** MARIA DE FÁTIMA DA CRUZ

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**VOTO**

O Estado de Pernambuco ingressou com o presente agravo regimental em face de decisão terminativa proferida no agravo de instrumento nº 0202746-3, que negou seguimento ao mencionado agravo, com fundamento no caput do art. 557 do CPC vigente.

O agravante aduz, em suma, que não dispõe de recursos suficientes para viabilizar maiores investimentos na saúde pública, cuja efetivação está ligada à previsão orçamentária.

Neste cenário, o recorrente pediu o conhecimento e o provimento do presente recurso, para reformar a decisão que fulminou o agravo de instrumento, com o seu consequente exame de mérito e reforma da ordem limina vergastada.

Antes de qualquer coisa, cumpre observar que o recurso cabível para o presente caso é o **recurso de agravo** previsto no art. 557 da Lei Processual Civil vigente e não o agravo regimental, vez que a decisão fustigada foi baseada no art. 557 do CPC e não em dispositivo do Regimento Interno desta Corte.

De fato, os recursos supracitados devem ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias, mas o regimental não está sujeito a preparo, ao passo que o recurso de agravo deve ser precedido de preparo. Contudo, é possível aplicar o princípio da fungibilidade recursal, recebendo o regimental como se recurso de agravo fosse, em face da Súmula 42 deste Tribunal.

Feitas essas considerações preliminares, passo a analisar as questões trazidas pelo recurso interposto.

Constata-se de logo a rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados, não se afigurando como fato novo, passíveis de modificação no julgado.

É o que se depreende do acórdão a seguir colacionado:

**"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO. RECURSO DE AGRAVO. MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS JÁ VENTILADOS NA PRIMEIRA PEÇA RECURSAL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS**



**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

*FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 512, CPC. DECISÃO TERMINATIVA PAUTADA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. AGRAVO LEGAL REJEITADO À UNANIMIDADE DE VOTOS. Uma vez que a decisão monocrática terminativa proferida neste juízo 'ad quem' substituiu, nos termos do art. 512, CPC, a sentença emanada naquele juízo de 1º grau, resta naturalmente prejudicado o exame de preliminar voltada à rediscussão da sentença. No mérito, a mera irresignação do recorrente, demonstrada na simples repetição dos termos e fundamentos já constantes em sua peça de apelo, sem qualquer referência a fato novo relevante, não tem o condão de modificar o julgado combatido, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a matéria, não sendo demais ressaltar, por outro lado, o caráter inusitado e inovador da pretensão meritória formulada neste recurso. Agravo legal que se nega provimento à unanimidade de votos".*

*(Recurso de Agravo nº 154179-3/01. Rel. Des. LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível TJPE. Data do Julgamento 27.11.07 Publicação nº 227)*

Explicitamente o recurso em tela, não merece acolhimento, eis a latente rediscussão da matéria.

Apenas por amor ao debate, volto a expor os termos da decisão terminativa monocrática atacada.

No caso, o que está em questão é o direito à vida. Além do direito à vida, há que se destacar a dignidade da pessoa humana erigida à condição de fundamento constitucional da República Federativa do Brasil (art. 1º, III da CF).

Importante ressaltar que o Estado, consoante determina nossa Constituição Federal, trata do direito à vida que, irremediavelmente, está atrelado ao direito de acesso à saúde. Neste contexto, destaco o art. 196, abaixo transcritos *ipsis litteris*:

*dm*

**Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.**

Por seu turno, a Constituição do Estado de Pernambuco seguindo o Princípio da Simetria, assim dispôs sobre o tema:

**Art. 159 - A Saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurada mediante políticas sociais, econômicas e ambientais, que visem a eliminação de risco de doenças e outros agravos e ao**





**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

***acesso universal e igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.***

A saúde pública é uma obrigação do Estado para com seus cidadãos, ainda mais quando o que está em jogo é a vida de pessoa que não tem acesso a esse tipo de serviço médico em face de sua condição financeira.

Há que prevalecer o direito à saúde e à vida.

O entendimento acima esposado encontra-se em consonância com a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que assim vem decidindo, conforme se depreende das decisões abaixo transcritas:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 196 DA CARTA MAGNA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. APLICAÇÃO DA LEI 8.080/90. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.- A saúde pública é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.- O art. 196 da Constituição Federal contém norma auto-aplicável, de profundo sentido sócio-assistencial, ao assegurar e proclamar o direito de todos à saúde e, ao Estado, o correspectivo dever de atendê-lo em sua plenitude. - Não se pode olvidar a primazia do princípio administrativo da continuidade do serviço público, em decorrência do qual o serviço público não pode parar, tendo especial aplicação em relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.- Agravo de Instrumento conhecido e improvido. Decisão unânime.*

*(Agravo de Instrumento nº104118-5, Relator Des. Jones Figueiredo, órgão julgador Quarta Câmara Cível, data de julgamento 22/10/2004).*

*Ementa RECURSO DE AGRAVO. CUSTEIO DE TRATAMENTO EM ESTABELECIMENTO HOSPITALAR PRIVADO POR FALTA DE VAGAS NOS HOSPITAIS PÚBLICOS. OBRIGAÇÃO DO ESTADO EM SEUS TRÊS NÍVEIS FEDERADOS. DIREITO FUNDAMENTAL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Agravado portador de encefalopatia hipertensiva com o quadro infeccioso CID 16, em estado grave de saúde e que não dispõe de condições financeiras para custear tratamento em hospital particular. 2. O Estado está excepcionalmente obrigado a custear tratamento em estabelecimentos hospitalares privados quando inexistentes vagas nos hospitais públicos, em qualquer de suas esferas. 3. Atenção especial à dignidade da pessoa humana e ao acesso universal e igualitário à saúde. 4. Alegação de não haver prova de inexistência da falta de leitos nos hospitais públicos não infirmada. 5. Não ferimento ao*



**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

*princípio do orçamento, que pode ser remanejado tecnicamente para atender prioridades como esta. 6. Precedentes citados do STJ e TJRS. 7. Não vulneração dos dispositivos constantes nos arts. 37, XXI, 109, I, 196, 197 e 198 da CF, e 4º e 7º da Lei nº 8.080/90. 8. Recurso de agravo unanimemente improvido.*

*(Recurso de Agravo 124352-3/01. Comarca Recife. Número de Origem 01243523. Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Relator do Acórdão: Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Revisor: Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Data de Julgamento 6/4/2006 14:00:00 Publicação 128)*

Neste Tribunal de Justiça tal entendimento está tão pacificado, que já se encontra materializado na Súmula 18, cujo teor transcrevo abaixo:

**SÚMULA 18 DO TJPE: Enunciado - É DEVER DO ESTADO-MEMBRO FORNECER AO CIDADÃO CARENTE, SEM ÔNUS PARA ESTE, MEDICAMENTO ESSENCIAL AO TRATAMENTO DE MOLÉSTIA GRAVE, AINDA QUE NÃO PREVISTO EM LISTA OFICIAL.**

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pelo não provimento deste recurso, mantendo, em todos os seus termos, a decisão terminativa prolatada no Agravo de Instrumento nº 0202746-3.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife,

26/01/2010

**JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
Des. Relator